



O CONCEITO DE DISPOSITIVO EM FOUCAULT:

mídia e produção agonística de sujeitos-maternos

Fabiana de Amorim Marcello

RESUMO – *O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos.* Este artigo tem como objetivo discutir a característica multilinear do conceito de “dispositivo”. Para tanto, tal discussão está articulada ao que denominei “dispositivo da maternidade” e às formas pelas quais ele é atualizado agonisticamente na mídia contemporânea. Primeiramente, analiso *curvas de visibilidade e regimes de enunciabilidade*, que produzem formas de falar e de ver maternidades e sujeitos-mãe; após, argumento acerca de *linhas de força* que, relacionadas com a dimensão do poder, criam e fixam jogos estratégicos de saber sobre as práticas discursivas maternas; e, por fim, explico suas *linhas de subjetivação* que, operando com a dimensão da subjetividade, remetem também à criação de novas possibilidades, (des)caminhos do próprio sujeito e, portanto, indicam as *linhas de ruptura* do dispositivo em questão.

Palavras-chave: *dispositivo, maternidade, agonismo, mídia.*

ABSTRACT – *Foucault’s concept of apparatus: media and agonistic production of maternal-subjects.* This article has the goal of discussing the multi-linear characteristic of “apparatus” as a concept. This discussion is articulated at the “maternity apparatus” as I called and to the forms it is agonistically up-to-date at contemporary media. First of all, I analyze *visibility curves* and *stating system*, which cause ways of speaking and seeing maternities and subject-mothers; later on, I argue about the *outline forces* that, related to the power dimension, create and fix on strategic plays of knowing about maternal discursive practices; and finally, I show explicitly their *outline of subjectiveness* that, effecting with the subjectivity dimension, they also refer to the creation of new possibilities, (dis)ways of the subject his/herself and, therefore, indicate the *outline ruptures* of the apparatus in question.

Keywords: *apparatus, maternity, agonism, media.*

Como ferramenta analítica, o conceito de dispositivo é desenvolvido por Foucault em sua obra *História da sexualidade*, especialmente em *A vontade de saber*. Porém, é na entrevista que presta à *International Psychoanalytical Association* (IPA) que o autor explicita o conceito como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Por mais que nos pareça clara esta definição – e por mais que saibamos das formas com as quais Foucault empregou o termo “dispositivo”¹ –, é válido lembrar sua complexidade, como já constatado por Dreyfus e Rabinow (1995). Frente a tal complexidade, os autores propõem uma certa orientação para a leitura do conceito de Foucault. Partindo “destes componentes díspares, tentamos estabelecer um conjunto de relações flexíveis, reunindo-as num único aparelho, de modo a isolar um problema específico” (ibidem, p. 134). É na articulação mesma entre os elementos que o autor nos apresenta – em sua afirmação e nos demais conceitos trabalhados em sua obra – que podemos, então, nos apropriar ainda mais do termo “dispositivo”. Já que Foucault se refere tão explicitamente a elementos tais como discursos, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, podemos entender que as práticas discursivas e não-discursivas contribuem para a construção do dispositivo e, tendo estas presentes, é possível afirmar ainda que o conceito em questão reúne as instâncias do “poder e [do] saber numa grade específica de análise”. Por fim, Dreyfus e Rabinow sugerem que o dispositivo diz respeito às “práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando” (ibidem, p. 135).

Frente a constatações mais amplas sobre a obra de Michel Foucault – que não se resumem a tratá-la somente a partir da analítica do poder – Deleuze (1999) considera dispositivo como um conceito operatório multilinear, alicerçado em três grandes eixos que, na verdade, se referem às três dimensões que Foucault distingue sucessivamente: saber, poder e (produção de modos de) subjetivação. Desse modo, baseado numa pesquisa anterior², este artigo tem como objetivo discutir a característica multilinear do conceito em questão. Para favorecer a compreensão dos elementos e aspectos que constituem o dispositivo, tal discussão está articulada e é constantemente referida ao que denominei “dispositivo da maternidade” e às formas pelas quais ele é atualizado na mídia contemporânea. Trata-se, portanto, de uma discussão específica em dois sentidos: a discussão conceitual de um dispositivo específico (o da maternidade), na medida em que opera num campo específico (na mídia).

Assim, analiso primeiramente *curvas de visibilidade e regimes de enunciabilidade*, que produzem formas de falar e de ver maternidades e sujeitos-mãe; após, argumento acerca de *linhas de força* que, relacionadas com a dimensão do poder, criam e fixam jogos estratégicos de saber sobre as práticas discursivas envolvidas nesse dispositivo; e, por fim, explico suas *linhas de subjetivação* que, operando com a dimensão da subjetividade, remetem também à criação de novas possibilidades, (des)caminhos do próprio sujeito e, portanto, indicam as *linhas de ruptura* do dispositivo da maternidade.

Curvas de visibilidade, regimes de enunciabilidade: produção de objetos discursivos

Estas curvas e regimes – que fazem ver o sujeito-mãe, que têm a maternidade como ponto imaginário necessário ao dispositivo da maternidade³ – permitem o nascimento do sujeito-mãe, permitem que ele ganhe formas, cores e nuances. São curvas e regimes fixados pelo próprio dispositivo que os sustentam – não como se, no caso, a maternidade fosse uma característica natural e *a priori* das mulheres, mas como se agisse tal qual uma fonte de luz que ilumina, se difunde e dá visibilidade, fazendo com que se produza o sujeito-mãe em toda sua positividade. É uma luz que incide sobre esse sujeito, cuja existência não poderia manifestar-se sem ser iluminada por ela. Contudo, não se trata aqui da configuração – seja de um indivíduo pré-existente, seja de uma “realidade” pré-discursiva –, mas de um sistema aberto, constituído por um jogo de forças criado e operacionalizado por tais curvas e regimes, em conjunto com as demais linhas do dispositivo da maternidade, das quais tratarei mais adiante.

As curvas de visibilidade não podem ser confundidas, no caso, com as formas palpáveis, com figuras ou com imagens veiculadas. Do mesmo modo, os regimes de enunciabilidade⁴ não se referem imediatamente aos ditos, às falas proferidas ou mesmo escritas. Podemos afirmar que as visibilidades são “relâmpagos, reverberações, cintilações” (Deleuze, 1991, p. 62), ou talvez ambos – o visível e o enunciável – possam significar trovões que subsistem somente a partir de condições específicas de luminosidade e sonoridade, positivadas tanto pelas relações de força, como por outras formas de saber que lhes são correlatas. Tais unidades (o visível e o enunciável) só podem ter existência a partir de uma combinação meticulosa entre palavras, frases e proposições; a partir de um entrecruzar específico que, então, lhes confere condição de existência. Como apreendê-los? Rachando, abrindo, dilacerando ou, talvez, talhando as próprias palavras, frases e proposições para extrair, extirpar delas os enunciados que lhes são correspondentes (Deleuze, 1991).

Os domínios do visível e do enunciável estão muito mais no âmbito da articulação e da complementaridade do que da dependência ou da obviedade de

seu possível encadeamento: “há disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável” (ibidem, p. 73). Há uma certa e relativa independência entre ambos, no sentido de que o enunciável tem um objeto específico ao qual se refere, “que não é uma proposição a designar um estado de coisas ou um objeto visível”; da mesma forma que “o visível não é tampouco um sentido mudo, um significado de força que se atualiza na linguagem” (ibidem).

Por regimes de enunciação não designamos meramente aquilo que se fala sobre as mães; mas aquilo que *se torna possível e justificável* falar sobre elas. São as múltiplas e proliferantes enunciações que efetivamente encontram condições de entrar na *ordem do discurso*, ou a possibilidade que elas enfrentam de ultrapassar ou mesmo de serem barradas pelas leis de interdição que tangem e definem os limites do discurso. É um regime intimamente ligado à vontade de verdade; é a partir dele que se descobre, se desvenda a maternidade *para o – ou do –* sujeito-mãe.

Da mesma forma, as curvas de visibilidade não se referem à maneira, ao modo específico de ver de um sujeito – ou da forma como ele concluiu, individualmente, uma determinada coisa –, afinal, “o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade” (Deleuze, 1991, p. 66). As formas de ver são, pois, anteriores à vontade individual de um sujeito que, aqui, é considerado como o *objeto*, como uma variável da própria visibilidade, bem como dependente de suas condições.

Mais do que fazer ver e dizer uma maternidade hegemônica, esse dispositivo se ocupa em fazer ver e dizer diferentes modalidades maternas (maternidade homossexual, adolescente, solteira, maternidade acima dos 40 anos, são apenas algumas delas). Fazer dessas modalidades maternidades algo visível, dá-las a conhecer – principalmente em suas diferenças – diz respeito a procedimentos concretos de objetivação discursiva, de apreensão e de investimento tático do poder sobre os corpos e sobre a forma mesma de ser sujeito-mãe.

Nesse sentido, os produtos midiáticos se constituem como um tipo de armadilha (Foucault, 2000a, p. 166), como aparatos de visibilidade – e, em nosso tempo, “lugares específicos de enunciação” (Fischer, 2002, p. 6). Ou melhor, como “formas de luz que distribuem o claro e o obscuro, o opaco e o transparente, o visto e o não visto” (Deleuze, 1991, p. 66); combinação entre o visível e o enunciável, variação entre os mesmos, associação e arranjo que, em seu cotejo, produzem, principalmente, parte dos saberes que constituem práticas concretas de maternização. Lembremos que esses aparatos de visibilidade são mencionados aqui como relativos ao dispositivo da maternidade, mas, obviamente, o são também de outros dispositivos quaisquer (como o da sexualidade ou o da infantilidade, por exemplo).

O que está em jogo, nesses locais de visibilidade e de enunciação de nosso tempo, é o incessante produzir materno. Ou seja, tanto quanto fixar o sujeito-mãe neste ou naquele discurso que o tornou objeto, trata-se de constituir, em torno das formas de visibilidade e enunciação (dos sujeitos, das modalidades

maternas), práticas sempre contínuas de maternização. Ao capturar os sujeitos-mãe, ao torná-los visíveis e enunciáveis de modos específicos e bem diferenciados, os aparatos de visibilidade e enunciação tornam cada vez mais eficazes os “agenciamentos concretos”, aos quais se destina o dispositivo.

Ampliando esta discussão, Fischer (2002) ressalta que a mídia hoje se apresenta como espaço de “visibilidade de visibilidades” (p. 86):

(...) ela e suas práticas de produção e circulação de produtos culturais constituiriam uma espécie de reduplicação das visibilidades de nosso tempo. Da mesma forma, poderíamos dizer que a mídia se faz um espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia o reduplicaria, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido.

A mídia, nessa perspectiva, não se ocupa apenas de emitir visibilidades, mas também, aliada ao processo incessante de repetição discursiva, ela justamente cria condições para a produção de novas discursividades. Ao reduplicar os discursos, como diz a autora, a mídia trata de reorganizá-los, construindo, por sua vez, novos e outros discursos. Tal conclusão está ligada a duas constatações em relação a este meio. Uma diz respeito à tal reduplicação via *edição* – cenários e personagens criados e produzidos pela própria linguagem que lhe é específica. A outra diz respeito à sua veiculação mesma, à abrangência massiva que hoje a mídia adquire – fato que, de certa forma, confere nova vida e materialidade distinta aos discursos.

Por fim, um importante fator produtivo das curvas de visibilidade e dos regimes de enunciabilidade diz respeito diretamente aos modos de subjetivação, ligados às *tecnologias do eu* (Foucault, 1990; 1998). Conhecer a si mesmo, dar-se a conhecer, nesse dispositivo, necessita que se dirija e que se empregue – em direção a si próprio – investimentos de visibilidade e, também, de enunciabilidade. A experiência do sujeito está relacionada ainda a um conjunto de ações que ele efetua sobre si mesmo – dentre as quais está a tarefa de voltar o olhar sobre si, tornando-se, principalmente, objeto visível (Larrosa, 1995). Uma vez tornado objeto de si mesmo, o sujeito-mãe, para falar de sua prática específica, é convidado a apreciar-se, a observar-se. A pergunta é: como este ou aquele dispositivo faz falar o sujeito que ele mesmo produz? Lembremos, pois, que o procedimento da confissão é também um dos modos pelos quais o sujeito se torna visível a si mesmo (Foucault, 1999; Larrosa, 1995).

No dispositivo da maternidade, as formas de visibilidade e enunciação sobre si mesmo, do ser mãe, fazem com que esses sujeitos se reconheçam como criadores, como fundadores e principais responsáveis por seus atos, por suas atitudes e por formas de praticar o exercício da maternidade: autor de seus ditos, de suas práticas, de si mesmo. Maternidade que fala incessantemente de si e que por isso mesmo faz ver.

O espaço deste dispositivo, porém, está direcionado ou arquitetado para a constituição de sujeitos auto-reflexivos, autônomos e independentes⁵. Está direcionado para a produção de sujeitos, quais sejam, aqueles que efetivamente instituem ou se orientam em torno de práticas de maternização. O indivíduo deste dispositivo torna-se sujeito dele na medida em que a capacidade operatória do discurso (e dos saberes e poderes que lhe são correlatos) o constitui e, principalmente, o modifica (como sujeito) ao torná-lo objeto de sua enunciação (Larrosa, 1995). Trata-se assim da produção de saberes e de saberes sobre si instituída (e constantemente modificada) por tais curvas e regimes, concomitantemente com as linhas que se seguem.

Linhas de força: disposição estratégica das práticas discursivas

As linhas de força são aquelas que mais nos “dizem” sobre a criação e a disposição estratégica de práticas discursivas. Tais linhas agem agonisticamente em favor da produção de novas formas de objetivação sobre a maternidade. Isso ocorre justamente porque as linhas de força retificam as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade, delimitam suas formas, delimitam seus trajetos, traçando os caminhos que os dois irão percorrer (e de que maneira poderão manifestar sua existência). As linhas de força atuam como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (Deleuze, 1999, p. 156). Elas estão intimamente relacionadas com a dimensão do poder e, por isso, atingem os todos espaços do dispositivo, naquilo que o poder tem de “onipresente” – não no sentido de agrupar tudo numa (equivocada) unidade, mas em sua característica primeira de se produzir a cada momento, a partir da complexa e estratégica relação entre todos os pontos de um dispositivo (Foucault, 1999).

Essas linhas se compõem, tal como o poder, em relação ao saber: não como causa e consequência, mas através de uma relação de mútua dependência, de articulação recíproca. São linhas que fixam os jogos de poder e as configurações de saber que nascem do dispositivo, mas que também o condicionam, ou seja, estabelecem estratégicas relações de força, sustentando tipos de saber ao mesmo tempo em que são sustentadas por ele (Foucault, 2000).

Pode se dizer que, como objetos das linhas de força, as diferentes modalidades maternas tornadas visíveis e enunciáveis pela mídia, instauram-se a partir de novas edificações de regimes de verdade. Sem qualquer sentido de causa-efeito, essas modalidades recompõem e são recompostas por modulações nas esferas do poder e do saber, no sentido de solidificar estratégias de intervenção e objetivação, nos e sobre corpos e práticas dos sujeitos-mãe. Se a maternidade pode ser vista como um domínio a ser conhecido e diferenciado, isto se deve a práticas e relações cada vez mais perspicazes de poder que, ao torná-la alvo,

lança sobre ela – maternidade – técnicas de saber e procedimentos discursivos cada vez mais ardilosos.

Assim, os processos agonísticos promovidos por essas linhas de força não pretendem aprimorar ou reunir as semelhanças entre maternidades, mas fazer e dizer as diferenças entre elas. Trata-se tanto de conceber maternidade de uma forma hegemônica, como de identificar, de nomear suas outras modalidades, suas diferenças. “Tem-se a impressão de que aquilo que importa é seguir administrando e governando as fronteiras e as transposições de fronteira entre o sim e o não, o ser e o não ser, o possuir e o não possuir, o saber e o não saber, entre o mesmo e o outro” (Larrosa e Skliar, 2001, p. 12). Tal como afirma Foucault em relação ao conceito de poder, considero que a diferença é *produtiva*: produz (pre)conceitos, nomes, (novas) diferenças e singularizações; produz efeitos e formas de espetáculo. A diferença produz padrões, modelos, regras de como agir. A diferença é processo de subjetivação: ensina modos de ser e de agir. A diferença produz e é fruto de relações de poder. No caso da maternidade, o diferente é traduzido a partir da e pela exposição de mães-homossexuais, de mães-solteiras, de mães-adolescentes, enfim, de uma incessante produção de *lógicas de diferença* entre modalidades maternas. Tanto quanto fazer de uma determinada forma de vivenciar a maternidade como fato natural, originário, trata-se de administrar essas modalidades que estão fora do padrão (e produzi-las como fora do padrão), de modo que elas possam ser faladas, especuladas, inquiridas na sua diferença mesma, e fazer com que isso se torne objeto de saber.

Esses processos agonísticos de constituição de objetividade podem ser tomados como os limites de atualização do próprio dispositivo. As densidades e mobilidades agonísticas, produzidas pelo dispositivo da maternidade nada mais são do que os efeitos dessa necessidade primeira de o dispositivo refazer-se e de fazer produzir continuamente. A integração ou mesmo o confronto entre as forças não tem outra alternativa “a não ser tomando caminhos divergentes repartindo-se em dualismos, seguindo linhas de diferenciação sem as quais tudo ficaria na dispersão de uma causa não-efetuada” (Deleuze, 1991, p. 47).

No processo agonístico da produção de modalidades maternas, há uma multiplicidade discursiva (ou de elementos discursivos) que entra em cena (em diferentes cenas) para jogar com estratégias diferenciadas, com fins diferenciados – ou mesmo sem fins específicos. É preciso recompor justamente esta distribuição entrapada, turbulenta e murmurante dos discursos. Na visão de que a resistência é nada menos do que condição do poder, ela pode ser também obstáculo a ele: ponto de reação ou mesmo de partida para uma manobra oposta. O poder, ao reforçar o discurso, “também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Foucault, 1999, p. 96). Há que se questioná-lo em dois níveis: “o de sua produtividade tática”, isto é, das condições de aplicação e de efeitos das manobras de saber-poder e “o de sua integração estratégica” (ibidem, p. 97). Esta diz respeito justamente àquilo pelo qual o poder foi barrado e pode, assim, novamente se

organizar; àquilo pelo qual se resistiu e que, por isso mesmo, pode permitir ao poder e ao discurso, em dada conjuntura, organizar-se diferentemente como resultado de um confronto produzido.

Mesmo tomada como fato e objeto histórico e contingente, a maternidade não explica o poder; ela não é o motivo pelo qual as estratégias de força se organizam propositalmente. Mas, antes, é o seu tênue limite, o pólo integrador de um conjunto encadeado e ao mesmo tempo disperso de forças. Nesse dispositivo, a maternidade torna-se discurso-prática, como resultado de uma função de maternização. A partir disso, faz-se pertinente verificar que relações de poder ela organiza e integra em torno dessa função dela decorrente e, ainda, as formas pelas quais essas relações se encadeiam com os outros dispositivos para a produção de práticas de maternização. Há que se considerar que, se a maternidade ganha destaque e formas de visibilidade e enunciação tão perspicazes e recorrentes em nosso tempo, em espaços como a mídia, por exemplo, não é porque ela é “poderosa” ou porque se constitui naturalmente como fato importante, mas justamente porque articula em torno de sua função esferas de outra ordem: da criação dos filhos, do controle do corpo e da alma da mulher, da maternagem das crianças etc. A maternização supõe relações de poder, longe de tê-las como seu objetivo primeiro e intencional.

Desse modo, as características primeiras do poder (incitar, fazer ver, fazer falar etc.), em relação a essa produção de práticas de maternização não devem ser confundidas com aquelas ligadas ao saber (educar, tratar, normalizar, diferenciar, punir etc.), que lhe são correspondentes (Deleuze, 1991). Ambas estão em profunda relação. Porém, é justamente o fato de serem de naturezas diferentes que torna possível todo seu caráter de atualização e integração recíprocas. As características ligadas ao saber e à sua produção são provindas dos choques proporcionados pelas forças em sua relação com os âmbitos do visível e do enunciável. Disso decorre não uma consequência, mas um jogo de mobilidade em que toda produção de saber é ao mesmo tempo o que remaneja, redistribui e atualiza as relações de poder. Como diagrama, máquina abstrata, o dispositivo é a causa imanente que produz agenciamentos concretos (Deleuze, 1991; 1999). É isso, pois, que permite a constituição do dispositivo da maternidade: a forma complexa e relativamente estruturada pela qual se faz funcionar as relações de poder em função da produção de práticas de maternização.

Como “emissão de singularidades” (idem, 1991, p. 85), poder é produção contínua e desordenada. O saber, ao contrário, é o que dá organicidade e sistematização a esse estado de agitação. Ao fazer ver, delimita; ao fazer falar, circunscribe. Mais uma vez, falar e ver aqui não podem ser confundidos com a mera expressão da linguagem (ibidem) ou das formas, mas diz respeito àquilo que dá consistência ao discurso – sua condição primeira de possibilidade e existência. Ao encadear as linhas de força, dando-lhes sentidos específicos, o saber ajusta-as em séries, faz com que elas venham a convergir e, ao promover esse arranjo, dá-lhes, então, a possibilidade efetiva de funcionar em con-

junto. O saber paralisa (Silva, 2002), mesmo que momentaneamente, mas também mobiliza, já que confere ao poder a possibilidade de sua inovação. De forma alguma isso pressupõe uma contradição, uma vez que é esse também o fato que confere condicionalidade ao dispositivo.

Interrogar sobre a maternidade, sobre os discursos que a tornam um objeto de saber-poder não consiste em perguntar somente o que a ciência (preferencialmente, a medicina) diz sobre ela, mas questionar o conjunto de práticas que tornou evidente, no espaço midiático, por exemplo, a mãe como um sujeito a inquirir, estudar, examinar. Trata-se de capturar os efeitos de verdade que são produzidos pelos discursos; de capturar, ao lado desses ditos científicos, as outras formas de pensar e dar existência específica ao sujeito. Trata-se de interrogar, portanto, sobre processos de objetivação discursiva e sobre a forma como eles estão ligados a dinâmicas de poder: de poder ligar o indivíduo à sua individualidade, de poder (de)marcar-lhe um estatuto e uma lei de verdade, de poder torná-lo efetivamente sujeito a partir de modos específicos de subjetivação, promovidos, principalmente, pelas linhas de que tratarei a seguir.

Linhas de subjetividade: produção pedagógica de ser sujeito

Para Foucault, o eixo que diz respeito à constituição da subjetividade é aquele que permite aos demais (ao do saber e ao do poder) uma coadaptação, pois opera “além das duas formas ou aquém destas” (Deleuze, 1991, p. 77). Mais do que isso, é o que permite a esses dois eixos tornarem-se móveis e, acima de tudo, é o que lhes confere o caráter da volatilidade e contínua inovação. Nesse sentido, o autor não apenas amplia sua compreensão sobre os movimentos e funcionamento da resistência, como também afasta-se, agora radicalmente, da visão de uma sociedade estática.

O que interessa aqui é mostrar como os indivíduos transformam-se em sujeitos-mãe, dentro do dispositivo da maternidade; deste aparato que organiza em torno de si estratégias de poder, formas de saber e contínuos convites para que o sujeito entre em relação de força consigo mesmo. No caso das linhas, das quais falo, interessa evidenciar como esse “dispositivo pedagógico”, acionado pela mídia (Fischer, 1997), no cotejo com o dispositivo da maternidade, medeia e produz relações do sujeito consigo mesmo, de modo que o indivíduo-mãe possa se reconhecer como sujeito de visibilidade e enunciação. Ou, ainda, como esse indivíduo aprende, para a constituição de si, um jogo de regras, uma gramática, produzida e colocada em circulação (e à sua disposição para e partir dela efetuar um número restrito de operações sobre seus corpos, seus gestos, suas ações) no interior dos aparatos de visibilidade que estão em movimento.

Nesse sentido, a produção pedagógica do sujeito por si mesmo se dá tanto na objetivação dos sujeitos, como na subjetivação, pois “os sujeitos não são posicionados como objetos silenciosos, mas como sujeitos falantes; não como

objetos examinados, mas como sujeitos confessantes”, acima de tudo, “não em relação a uma verdade sobre si mesmos que lhes é imposta de fora”, mas, ao contrário, “em relação a uma verdade sobre si mesmos que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir” (Larrosa, 1995, p. 55).

No trabalho de decifrar-se, de compreender-se, o sujeito do dispositivo da maternidade reconhece-se como objeto criador dos saberes que ele coloca em funcionamento e que o absorvem. Mais do que isso, reconhece-se como autor de si e de sua maternidade, uma vez que é dessa forma que ele passa a se compreender quando levado a se voltar sobre si mesmo.

“Aprender a ver-se, a dizer-se, ou a julgar-se é aprender a fabricar o próprio duplo” (ibidem, p. 80)⁶. Por mais que os movimentos de internalização do fora envolvam dobrar forçosamente o domínio do saber – como visibilidades e enunciabilidades – eles não dependem desse domínio. No ato de serem dobradas, visibilidades e enunciabilidades se modificam, se transformam e se tornam domínios de uma outra natureza. A relação consigo adquire também independência do poder já que se torna “um poder que se exerce sobre si mesmo *dentro* do poder que se exerce sobre os outros” (Deleuze, 1991, p. 107, grifo do autor). A relação consigo não é da ordem do visível e do enunciável, nem da sistematização das forças – embora derive deles, é irredutível a ambos. Ela passa a ser, sobretudo, luta agonística do sujeito consigo mesmo para a produção de si.

Luta essa que diz respeito tão-somente à dimensão dos processos de subjetivação, mais especificadamente, às *tecnologias do eu* ou *técnicas de si*, cujo sentido Foucault foi bastante preciso em identificar. Entende-se, pois, por estes movimentos “os procedimentos, (...) pressupostos ou transcritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (Foucault, 1997, p. 109). Ou, ainda, modos de relação do sujeito consigo mesmo, que “permitem aos indivíduos, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, condutas ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos, com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade” (idem, 1990, p. 48).

O domínio das *técnicas de si*, daquilo que o sujeito faz consigo mesmo, diz respeito ao modo pelo qual ele se torna objeto de sua ação e, nesse dispositivo, como ele se considera único e grande responsável por isso. Trata-se aqui das linhas de subjetividade do dispositivo da maternidade, dos processos que submetem o outro pelo controle e pela dependência ou que, por meio de estratégias como as de auto-conhecimento, o associa violentamente a uma identidade, assujeitando-o (idem, 1995, p. 235).

Linhas, curvas, regimes, criação de tangentes e limites... Há que se perguntar se essas afirmações não pressupõem a construção de um sistema rígido, fechado. Figuraria, então, o dispositivo um sistema deste gênero? O que permite

ao sujeito, aos discursos a possibilidade de criação de espaços em que seja possível a transgressão, a subversão ou, como diria Deleuze (1999, p. 156), “passar para o outro lado”? Para Foucault, os modos de subjetivação envolvem necessariamente a produção de efeitos sobre si mesmo – que, por sua vez, não são meras atuações passivas do sujeito; pelo contrário, os processos de subjetivação indicam também possibilidades, (des)caminhos, fugas e subversão do próprio sujeito. Não se aponta aqui para a idéia de um sujeito livre, autônomo e soberano criador de suas condições de existência, mas para a condição de escapar dos poderes e saberes de um dispositivo para outro. Assim, podemos dizer que as linhas de subjetivação indicam também as linhas de fratura, de descontinuidade, de ruptura do próprio dispositivo, da sua possibilidade, de consecutividade, de contínua elaboração e superação (ibidem).

Linhas de fuga, de ruptura

Uma coisa é resistir ao poder; outra é dele escapar. A resistência é o que dá à fuga condição de possibilidade. A luta agonística está intimamente ligada não apenas aos movimentos de resistência, como aos de fuga, já que a partir dela – luta – são promovidas novas formas de objetivação. Aqui, a resistência não irá se definir como ruptura total das formas de subjetivação propostas por regimes de saber-poder. Pelo contrário, é pelas linhas de subjetivação que se delineiam novas configurações desses regimes e, junto a isso, novas formas de produção de sujeitos.

Por mais que seja sabido, é válido afirmar que a resistência não existe como o outro do poder, como algo externo ou fora dele. Pelo contrário, ao ressaltar o caráter agonístico das relações de força, pretendo justamente ressaltar seu caráter de mobilidade, na medida em que “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder”, na medida em que “está sempre presente e que se exerce como uma multiplicidade de relações de força” (Machado, 2000, p. XIV).

A questão do próprio conceito de resistência em Foucault é, ao meu ver, um tanto quanto elástica. Ao afirmar que o “poder só se exerce sobre homens livres” (Foucault, 1995, p. 244), o autor explica o que entende por livres: sujeitos individuais ou mesmo coletivos “que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (ibidem). Acrescenta, ainda, que a escravidão não constitui uma relação de poder já que, a princípio, trata-se de uma “relação física de coação” (ibidem). Acredito, porém, que até mesmo o escravo pode manifestar formas de resistência a este poder que age sobre suas ações; mesmo ele pode manifestar momentos e/ou movimentos de transgressão aos inúmeros limites que lhes são impostos. O que dizer dos paus-de-arara, das chibatadas vividos no período de escravatura no Brasil? Esses instrumentos só puderam existir

porque, na relação com os “senhores”, os escravos manifestavam resistência, eram fugidios. Assim, o fato de não permitir resistência certamente não está ligado à idéia de impossibilidade física, de subordinação corporal, mas a algo de uma outra ordem, qual seja, a do momento em que “todas as determinações entre os sujeitos estiverem plenamente saturadas” (ibidem)⁷.

De qualquer forma, é válido pontuar que os movimentos de resistência instaurados pela luta agonística entre as modalidades maternas são compostos por pontos móveis e transitórios e não por pontos fixos. A forma pela qual tais modalidades maternas relacionam-se entre si (também para a produção de novas e outras) é da ordem da renovação e do movimento contínuo; é de uma mecânica baseada na luta (luta por existência, legitimidade e produtividade); é, assim, *agonística*. Afinal, o poder é movimento, relação; como o é, da mesma forma, portanto, a resistência.

Justamente porque há movimentos de resistência, o dispositivo da maternidade não apenas apresenta tensão entre seus ditos, como também vê a necessidade de reafirmar constantemente sua validade e legitimidade, na tarefa de produzir práticas de maternização. A capacidade de promoção de linhas de fuga, de possibilidades de subversão e de produção de novas relações de força são também operadas pelos próprios sujeitos em questão. Falo, pois, de uma dupla forma de luta: a da produção de objetividades maternas e a da possibilidade de escapar delas.

Nesse sentido, essas linhas (tais como as demais) são prioritariamente históricas porque dizem respeito a verdades e sentidos específicos de uma época e à sua condição mesma de comportar resistência, em seus processos de assujeitamento. Sendo assim, “todo dispositivo se define por sua condição de novidade e criatividade” (Deleuze, 1999, p. 159), por sua capacidade de transformar-se, de romper os próprios limites. Essa capacidade de transformação e rompimento está intimamente ligada aos desenhos traçados pelas linhas de subjetivação, na medida em que articuladas com/como pontos de resistência imanentes a todo e qualquer dispositivo – uma vez que configurado (também) a partir de relações de poder-saber. Nessa condição, são linhas que produzem novas configurações de saber-poder-subjetividade e, por isso, podem suscitar e antecipar um dispositivo futuro. Trata-se de práticas que indicam um conjunto de características ligadas ao caráter de imprevisibilidade do próprio dispositivo e àquilo que tange à sua condição de “acontecimento”. As linhas de fratura, de fissura ilustram muito bem esta afirmação na condição de introdutoras de “acaso, contingência, novidade, diferença, vontade de jogo e experimentação com formas de pensamento e sociabilidade” (Ortega, 2000, p. 35).

Considerações finais

Procurei, neste artigo, discutir a característica multilinear do conceito foucaultiano de “dispositivo”, de forma a deixar claro que tal característica não está somente relacionada ao fato de o conceito em questão ser composto por um conjunto de linhas, curvas e regimes de diferentes naturezas, mas, sobretudo, que estas (e estes) se mostram transitórias e efêmeras, predispostas a variações de direção e de intensidade. Ou seja, não são linhas (curvas e regimes) que demarcam limites rígidos de um sistema ou de um objeto; pelo contrário, elas os desestabilizam (tanto o sistema, quanto o objeto), os fazem tornarem-se suscetíveis a movimentos de contínua acomodação quanto às tentativas de efetivar “processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação” (Deleuze, 1999, p. 158). Essas linhas podem estar em um ou em outro dispositivo (ao mesmo tempo), tornando-os cambiantes entre si; elas são sempre tensionadas pelas enunciações, pelos objetos, pelos sujeitos e pelas forças em exercício (e suas relações manifestas), que o próprio dispositivo produz. Trata-se de linhas que se bifurcam, de curvas que tangenciam regimes de saberes móveis, ligados a configurações de poder e designados a produzir modos de subjetivação específicos, mas também, e exatamente por isso, formas singulares de resistência e de fuga. Ou seja, ao trabalharmos com o conceito de “dispositivo”, não estaremos lidando com uma estrutura fechada, organizada, cujos elementos em jogo estão previamente dados, mas, antes, com aquilo que é da ordem do imprevisível, da ordem da criação: o acontecimento.

Por fim, pretendi fazer também com que as discussões acerca do dispositivo da maternidade fossem uma espécie de ponto de partida para outras discussões. Fundamentalmente, busquei organizar e sistematizar o conjunto das linhas, regimes e curvas de modo que minhas perguntas, meus questionamentos e as relações que provisoriamente consegui aqui estabelecer, servissem para provocar outras e novas perguntas, questionamentos e relações. Nesse sentido, é como se, igualmente, perguntasse: ora, se esse dispositivo está articulado em torno de uma *vontade de maternidade* que lhe é específica, que outras *vontades* orientam outros dispositivos de nosso tempo? Ou, talvez: se esse dispositivo busca produzir continuamente sujeitos-mãe e modalidades maternas (maternidade homossexual, adolescente, solteira, etc.) como seus objetos discursivos genuínos, que outros objetos discursivos são constituídos midiaticamente (ou não) na cultura contemporânea? Daí, creio, a importância de destacar, localizar e problematizar as diferentes lógicas que operam na produção de sujeitos e de práticas discursivas específicas: apontar para a possibilidade de sua desconstrução e, acima de tudo, para a possibilidade de resistir e de lutar “contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso” (Foucault, 2000b, p. 71).

Notas

1. Podemos designar “dispositivos disciplinares, dispositivos de saber e poder, dispositivo da prisão (ou do encarceramento), dispositivo de sexualidade, dispositivo da loucura, da doença mental, da neurose, da aliança, da confissão, da escuta clínica, da seleção (entre os ‘normais’ e ‘anormais’), de segurança, de verdade, de luta, de guerra, de batalha” (Corazza, 1997, p. 78).
2. Refiro-me especialmente à dissertação de Mestrado (Marcello, 2003), na qual analisei detalhadamente um conjunto de materiais midiáticos impressos, como as revistas *Veja*, *Caras e Crescer*. É, em grande parte, ancorada por essas análises que pude efetuar a discussão aqui apresentada.
3. Embora Deleuze (1999) denomine regimes de enunciação, preferi adotar a expressão regimes de *enunciabilidade*, pois creio que assim posso deixar mais claro que tais regimes ultrapassam a dimensão do dito em si mesmo. Nesse sentido, o caráter de enunciabilidade é o que daria *condição* de existência às enunciações.
4. Tal como o sexo para o dispositivo da sexualidade (Foucault, 1999, p. 145), e a infância para o dispositivo da infantilidade (Corazza, 2000, p. 47).
5. Como efeito daquilo que dá condição de existência para o sujeito moderno murmurante nesse dispositivo.
6. Duplo é aqui entendido como “a interiorização do lado de fora” (Deleuze, 1991, p. 105). Deleuze utiliza-se das expressões “fora” e “dentro”, bem como sua mútua articulação, para referir-se, respectivamente, aos domínios do saber e da subjetividade em Foucault. Nesse sentido, “o lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada, de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem o lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro *do* lado de fora” (ibidem, p. 104, grifo do autor).
7. Com esta afirmação, e a partir deste exemplo, quero apenas destacar que a condição de resistência não está ligada ao caráter eminentemente físico das relações de poder.

Referências Bibliográficas

- CORAZZA, Sandra Mara. *Dispositivo da infantilidade – construtivismo@infância.criança.escola.br*. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS. Projeto de Tese de Doutorado, 1997.
- _____. *A história da infância sem fim*. Ijuí: Ed. Unijuí: 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. Que é um dispositivo? In: BALIBAR, Etienne; DREYFUS, Hubert ; DELEUZE, Gilles et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.
- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, UFRGS/FACED, vol. 22, n.º 2, jul./dez., 1997, p. 59-79.
- _____. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. In: *Revista Brasileira de Educação*, n.º 20. Campinas: Editores Associados/ANPEd, maio/jun./jul./ago., 2002, p. 83-94.
- FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Sobre a História da sexualidade*. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.
- _____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000a.
- _____. Os intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000b, p. 69-78.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 35-86.
- LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos. Babilônio somos. A modo de apresentação. In: *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 07-30.
- MARCELLO, Fabiana de Amorim. *Dispositivo da maternidade: mídia e produção agonística de experiência*. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS. Dissertação de Mestrado, 2003.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. VII-XXIII.
- ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Dr. Nietzsche curricularista – com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: MOREIRA, Antonio Flavio (Org.). *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto: Porto Editora, 2002. p. 35-52.

Fabiana de Amorim Marcello é mestre e doutoranda em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do Núcleo de Estudos sobre Mídia, Educação e Subjetividade (NEMES).

Endereço para correspondência:
E-mail: famarcello@uol.com.br